

A Procura de um Mínimo Denominador Comum para o Mediterrâneo

António Horta Fernandes

Instituto da Defesa Nacional

Resumo

Com esta abordagem pretendemos lançar pistas para uma reflexão geopolítica e geoestratégica sobre a bacia mediterrânica que não se atenha somente a uma verificação imediatista das linhas de força que a perpassam, mas que se inteire em profundidade dos grandes alinhamentos históricos que se configuram nesse mar interior. Em particular, auscultar de como se passou de uma identidade geopolítica complexa em Quinhentos, às linhas de fractura da actualidade, inscritas numa divisória Norte/Sul, pela qual se o Norte é responsável nunca em menor medida o Sul o será.

Abstract

With this article we intend to point out some points of geopolitical and geostrategic reflection about the Mediterranean basin, which will go further than the mere outlining of the main trends. The main focus of the article will be the great historical alignments, which exist within this sea. In particular it will be considered how the region evolves from a complex geopolitical identity on the XVI century to a geopolitical situation of multiple fractures of nowadays, which divide North and South and for which both have a responsibility.

Nasceu esta reflexão da necessidade de responder, ainda que de forma embrionária e como que num primeiro esboço, ao que nos parecem as vigentes (e quase passadas ao senso comum) posições acerca da actual situação geopolítica e geoestratégica na região mediterrânica. Em particular, parece estar em falta na apreciação coeva do Mediterrâneo a perspectiva histórica, substituída por uma visão muito imediatista e reactiva às circunstâncias que a cada momento se apresentam como que descarnadas de toda a substantividade diacrónica.

Esta ausência de historicidade, em não poucos raciocínios e tomadas de decisão, ou mais propriamente, no solo e no subsolo que os alimenta, vê-se agravada pela conjuntura pós-11 de Setembro, na medida em que se podem tornar mais virulentos os racionais e as posições já consolidadas, fruto dessa menor historicidade referida.

As questões à volta do fundamentalismo religioso, ou em contrapartida, os processos expiatórios de auto-flagelação na opinião pública europeia e americana e mesmo nos meios mais bem informados e fundamentados podem exacerbar-se e deixar por resolver os problemas essenciais que, quanto a nós, enfrenta o Mediterrâneo, os seus povos ribeirinhos e aqueles mediatemente influenciados pelo Mar Interior. O problema mais uma vez se prende com a escassa percepção histórica, claramente agravada por um acontecimento inaudito, e certamente torrencial nas suas consequências, mas que a esta distância, ainda demasiadamente curta, estamos longe de poder dar razão de todos os seus contornos. Para além da suspeita de raiz históriográfica, que fazemos nossa sem qualquer pejo, de que um acontecimento isolado dificilmente mudará só por si as grandes tendências que a montante vinham já configurando a ordem mundial. E é com base nessa suspeita que cremos poder desenvolver um argumento prévio ao 11 de Setembro sem mudar substancialmente a linha discursiva¹.

1. A bacia mediterrânica: linhas de convergência e de divergência

A atendermos à curta costa da Eslovénia, a bacia mediterrânica perfaz um trama muito peculiar de 20 países. Na verdade, o Mediterrâneo não é somente um mar, ele é antes o conjunto ora complementar ora concorrente de mares, ilhas, penínsulas, de costas

¹ O texto deste artigo tem por base um outro texto referente a uma conferência pronunciada em Julho de 2001, no âmbito do *6th Portuguese Atlantic Youth Seminar*, organizado pela *Comissão Portuguesa do Atlântico*, a convite do seu Secretário-Geral Almirante Alexandre Reis Rodrigues.

rendilhadas e acesso difícil, de terras que o bordejam até longe da costa, e também um espaço de ideias e culturas, como o mostra Predrag Matvejevič².

Todavia, a questão é ainda mais complexa, porquanto este mar entre montanhas, mas ao mesmo tempo um vaso comunicante entre o Atlas e o maciço sírio-anatólico, como o designava Braudel, tende a ter os seus terminais longe de si mesmo, e a estender-se ao Atlântico, à Europa Central e à Europa do Norte e a todo o Próximo Oriente.

É nesse sentido que um país como Portugal surge muito ligado às problemáticas relativas ao espaço mediterrânico, tanto no âmbito da NATO como da UE. Sendo também nesse sentido de intrínseca e fundacional ligação do Atlântico com outros espaços que se afigura fundamental a participação dos EUA na segurança da bacia mediterrânica, fazendo-a este país a vários níveis, e antes de mais, num senso estrito de segurança, fazendo-o através da Sexta Esquadra, importante factor de dissuasão e de contenção em toda a região. Ora, a Sexta Esquadra, mais do que interpretada como um corpo algo estranho deve ser interpretada com um dispositivo complementar, ou a conjugar com outros sistemas de forças mais directamente mediterrânicos, podendo ser evocado a título de exemplo a constituição da EUROMARFOR³.

O problema que se coloca hoje acerca do Mediterrâneo será o da quebra da sua identidade geopolítica, a divisão, que já não é apenas a clássica divisão entre o Mediterrâneo Ocidental e o Mediterrâneo Oriental, dois sub-mundos da área global, mas uma divisão mais pesada, porque alicerçada em linhas divisórias mais globais, entre o Norte e o Sul do Mediterrâneo. Todos os processos que hoje se desenvolvem, seja no âmbito da NATO, da OSCE, ou da EU, visam estabelecer um contacto com o Sul, no sentido de assegurar uma estabilidade duradoura na bacia mediterrânica, que permita, numa primeira fase conter diversos tipos de movimentos, sejam eles migratórios, políticos, ou acções militares inopinadas, e posteriormente prover ao desenvolvimento harmonioso de toda a região. Certamente que estes dois passos estão temporalmente interconectados, e a distinção é mais analítica do que pragmática.

2 Cfr. Predrag Matvejevič, *Breviário Mediterrânico*, Lisboa, Quetzal.

3 Sobre a presença estratégica norte-americana no Mediterrâneo através da Sexta Esquadra, cfr. o artigo de Bénédicte Susan, "La présence de la VI^e flotte américaine en Méditerranée, une remise en question?", *Hérodote. Revue de géographie et de géopolitique*, n^o 103, Paris, 4^e trimestre 2001, pp. 40-56. Os restantes artigos que compõem o referido número da *Hérodote* todo ele dedicado à geopolítica e geoestratégia do Mediterrâneo são também muito relevantes, com particular destaque para a apresentação de Yves Lacoste.

Todavia, esta pode ser uma metodologia assente em pressupostos erróneos, mesmo atendendo a que as organizações internacionais que estão vocacionadas para a área, nomeadamente a NATO, através do diálogo Mediterrânico, abordam hoje as questões de segurança de acordo com uma visão predominantemente política, genuinamente cooperativa e muito menos desconfiada. Na verdade, e permita-se-nos uma comparação com o século áureo do Mediterrâneo, o século XVI. Como é possível que num clima mais distendido e onde as discrepâncias são visivelmente menores de que no século XVI, a dicotomização de áreas é mais flagrante e essa mínima unidade geopolítica que caracterizava o Mediterrâneo nessa época pretérita se tenha desfeito?

Pode eventualmente parecer estranho atribuir uma identidade geopolítica no Mediterrâneo no século XVI, desde logo pensando no conflito hispano-otomano, ou na irritação que provocava nos restantes estados europeus uma hipotética hegemonia habsburguesa no Mediterrâneo, e com ela cativando recursos para uma hegemonia europeia, invertendo os caminhos vitoriosos da Reforma. Para uma visão imediata de luta política, todos estes conflitos parecem traduzir uma inaplicável ideia de unidade geopolítica. Felizmente a compreensão do mundo vai muito além dessas poucas formas de navegação à vista e permite entrever algo, na aparência contraditório. Mais uma vez chamando à colação Braudel, ou ainda Pierre Chaunu, apenas para referir dois nomes de incontestável autoridade, se acaso isso é necessário, pode efectivamente dizer-se que essa identidade geopolítica existiu, o que não terá existido, isso sim, foi uma identidade geoestratégica. Mas a ver pela história recente da própria UE, nem sempre a identidade geopolítica de base corresponde a uma igual identidade geoestratégica. O que não admira, porque não são duas áreas conceptuais directamente sobreponíveis⁴.

A identidade geopolítica que existiu e já não existe totalmente, embora possa vir a existir no Mediterrâneo, era uma identidade subtil e relativamente diáfana, que não residia na perfeita identidade de interesses e aspirações, mas na complexidade do conjunto e zonas de interesses, que mesmo tendo em conta as diversidades particulares, caldeando neste mar um capital multifacetado, encontrava um mínimo denominador comum de solidariedade. Esse mínimo denominador comum era essa procura de um mar sempre aberto à diversidade.

4 Estamos a pensar, sobretudo, numa das obras magnas de Fernand Braudel, O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico no Tempo de Filipe II, 2 vols., Lisboa, Dom Quixote, 1983-1984. De Pierre Chaunu, são de realçar, L'Expansion Européenne du XIII au XVI siècle, Paris, PUF, 1969 e a sua tese de doutoramento, *Séville et l'Atlantique 1504-1650*.

Manter o mar aberto foi e deveria ser a questão essencial. Evitar hegemonizações de capital económico, político, militar ou cultural era a ideia que, de maneira mais ou menos implícita, se formava nas emergentes secretarias dos Estados Modernos no século XVI. A Veneza, por exemplo, um turco dominador poderia ser a longo termo muito perigoso, mas um império espanhol igualmente hegemónico não o era menos. E poderíamos multiplicar os casos.

Assim sendo, se mesmo diante de esmagadoras diferenças de credo e de interesses rivais, mesmo no âmbito europeu, se pode falar em identidade geopolítica para o século XVI, como não poderemos falar nessa mesma identidade hoje, num ambiente mais distendido? Infelizmente, é quase sempre apresentado um conjunto de razões, que me parecem quase todas elas deficientes, as quais tendem a fazer esquecer o verdadeiro problema, a saber: a enorme disparidade de poder traduzida em termos socio-económicos entre o Norte e o Sul do Mediterrâneo.

Ora, essa disparidade não existia ainda no século XVI. A homogeneidade de pontos de chegada do desenvolvimento civilizacional era ainda próxima. A revolução industrial e os processos subsequentes criaram as assimetrias que hoje conhecemos, e que fazemos na margem Norte por minorar, muitas vezes de forma insuficiente, com amplas culpas num percurso de ostensiva arrogância passada, mas ainda assim culminando num processo globalmente feliz, que pretendemos levar, tendo em conta a especificidade do Outro, da Outridade, como diria Lévinas, a esse Sul realmente em mau estado. Que essa é a pretensão do Norte, parece-me efectivamente assim, que esse seja o esforço a fazer pela NATO, parece-me igualmente o único caminho possível, de resto já empreendido. O que acontece é que muitas das vezes este esforço tergiversa, porque os países do Norte do Mediterrâneo, seja por complexo de culpa, seja por intermédio de racionais serôdios, entendem o actual estado de coisas na bacia mediterrânica de forma enviesada, procurando obstáculos ao diálogo que se mostram, sobretudo, espantelhos para consumo imediato. É como se, envergonhados do processo histórico empreendido a partir da Revolução Industrial, não quisessem ver as verdadeiras razões do bloqueio e se confortassem com determinados lugares comuns gastos acerca de irredutíveis diferenças civilizacionais, ou perigos oriundos de uma qualquer fonte de irracionalismos, que permitiriam explicar a actual realidade da dicotomia mediterrânica.

2. O fundamentalismo e a demografia: questões empoladas na relação Norte-Sul

Observemos então, sucintamente, quais são esses falsos problemas estruturais, revelando o seu carácter simplesmente fantasmal. Estamos a pensar em dois problemas maiores: o fundamentalismo religioso e a questão demográfica.

2.1 O fundamentalismo, uma questão em aberto

Em primeiro lugar, debruçar-nos-emos sucintamente sobre o fundamentalismo religioso. A questão do fundamentalismo não é exclusiva do Islão, nem do mundo árabe em particular, simplesmente adquire aqui maior acuidade, pela dimensão religiosa de que está investida a dinâmica política no Islão. Porém, os possíveis móbeis de uma pretensa *jihād* acabam aqui. Não só o fundamentalismo é basicamente uma atitude de reacção, predominantemente defensiva, e logo desde o seu início, que corresponde ao período de renascimento árabe, no século XIX, como as suas linhas de orientação foram igualmente variadas desde o seu início: Gamal al-Afghani, Mohmmmed Abduh, ou Rachid Rida, divergem nas suas opiniões quanto à necessidade de modernização das sociedades islâmicas. Depois, esta “teocracia laica”, que é o Islão, exactamente por falta de um esclarecimento inicial do Profeta sobre a condução política de uma sociedade islâmica, isto é, na ausência de uma funcionalidade política delimitada, teve de arranjar expedientes pragmáticos para orientar o seu dia a dia desde o século VII, o que, particularmente no caso Sunita, originou um *modus vivendi* certamente de inspiração teocrática mas nada sacral, como se pode observar por uma efectiva ausência de um múnus clerical. É que, na ausência de um espaço político definido como tal nas suas raízes, não há como sacralizar o mesmo. Ele nascerá depois, à luz das contingências e será, isso sim, infiltrado pelas dinâmicas ultimamente religiosas da civilização islâmica. De forma que o retorno à *Umma*, é de certa maneira um retorno a um magma pré-político num mundo definitivamente politizado. E aí sim residiria o perigo, não fosse o Ocidente confundir qualquer regresso à comunidade original com fanatismo político. Uma atitude igualmente intolerante que se pode verificar na utilização do vocábulo islamista para designar o fundamentalista islâmico, como se o Islão de *per si* fosse estigmatizável e o político em si mesmo fosse um completo espaço laical. Nem a história do nascimento dos Estados europeus no dealbar da Modernidade, nem sequer uma leitura autêntica do humanismo subjacente aos *founding fathers*, no caso americano, permite fundamentar este juízo.

2.2 A bomba demográfica, ou a ilusão de uma nova invasão

Em segundo lugar, temos o falso problema demográfico, e a suposta avalanche dos bárbaros sobre um reconstituído império romano. Não estamos a pensar propriamente no *limes de Schengen*, que tem obviamente a sua legitimidade pragmática. Estamos a pensar nos supostos científicos da inverosímil ameaça demográfica. Poupo-me à análise da suposta cientificidade da demografia, remetendo, entre outros, para o que sobre isso diz o catalão Andreu Domingo, curiosamente um homem do Sul, daqueles que deveria estar preocupado com a suposta bomba demográfica, em particular magrebina⁵. Apesar de tudo, como os estudos demográficos começaram a constatar, na margem Sul do Mediterrâneo começou já o processo de transição (aliás teria começado no fim dos anos 60), para a modernidade demográfica. As pautas de gestão reprodutiva das populações do Sul do Mediterrâneo são hoje próximas das do Norte, e o que eventualmente poderia assustar os europeus é o potencial reprodutivo do Sul, que a envelhecida Europa já não pode ter. A taxa de crescimento da população no último lustro na África Setentrional foi de 2,0% ao ano. O problema é que o crescimento, no mesmo período, para a Europa meridional foi apenas de 0,1%, abaixo da taxa da Europa do Norte. A mistificação é óbvia. Ainda assim, 60% da população total da bacia mediterrânica pertence à margem Norte, enquanto o Próximo Oriente e Magrebe apenas detêm 40% da população⁶.

O problema mais grave é antes a diferença de recursos criados pelas diferentes sociedades da margem Norte relativamente às populações da margem Sul, onde os índices de geração e distribuição de riqueza são muito mais baixos. Nos indicadores de desenvolvimento humano, a Tunísia é 101º, a Argélia 107º, Egipto 119º, e Marrocos 124º. Como a Europa precisará a médio prazo de população, e caso não se inverta a longo prazo a sua tendência demográfica, que a Europa Oriental só agrava, o problema está no acolhimento de populações possuindo níveis de formação e socialização (em vias de degradação) que não se encaixam em sociedades avançadas. O problema reside aí, e não numa suposta bomba demográfica. O que não quer dizer que devamos abdicar dos nossos valores em

5 Cfr. a apresentação de Andreu Domingo ao ciclo de conferências sobre o Mediterrâneo, que teve lugar no Club Empúries, em Dezembro de 1994, intitulada, *Miratges demogràfics a la Mediterrànea*. Podemos encontrar citadas as passagens mais proeminentes dessa apresentação em Ana Bosch, "En manos de quién está la reproducción humana? Una crítica ecofeminista al problema de la población", *Ecología Política*, nº12, 1996, pp.10-11.

6 Os dados referidos e aqueles que se seguem relativamente aos índices de desenvolvimento humano foram extraídos de *L'État du Monde. Annuaire économique géopolitique mondial 2001*, Paris, 2000.

função de um totalmente outro, que até nem é tão outro assim. Devemos sim caminhar para esse mínimo denominador comum mediterrânico, para esse mar aberto sem bloqueios, desvanecendo os falsos obstáculos e tentando sapor as verdadeiras muralhas que nos separam.

3. A percepção da hegemonia mediterrânica pelos mediterrânicos

Por fim, surge aqui uma última questão, que elaboraria da seguinte forma: não será que em muitos países do Sul do Mediterrâneo e no próprio Norte não existe a percepção que o principal bloqueio a esse mar aberto a todos os níveis tem um nome, os EUA, que aqui simbolizamos com a presença da Sexta Esquadra?

Parece-nos que isso realmente acontece, mas de uma forma perfeitamente desajustada. Cremos que não há razão para nos referirmos à ausência daquilo que designaríamos por um efeito Lepanto. Isto é, à ausência de um poder ou coligação de poderes suficientemente fortes que se possam contrapor a uma potência hipoteticamente expansionista. Eventualmente não teríamos como opor um D. Juan de Austria a Ali Pachá. Só que o problema não se pode colocar dessa maneira, da mesma forma que historicamente não se colocou no século XVI. Lepanto foi, sobretudo, uma vitória simbólica, que não modificou o *statu quo*, significando, quando muito, a inutilidade de esforços gigantescos relativamente aos ganhos possíveis. A hegemonia não era possível. E não o era porque desde logo o império otomano era uma potência naval mas não marítima, assim como os EUA não são no Mediterrâneo a potência marítima. Em termos marítimos, os valores e recursos que sulcam este Mar de modo algum podem ser redutíveis ao poder de influência dos EUA. Mas se eventualmente o império otomano poderia parecer um perigo mortal para a Europa mediterrânica, menos pelos valores que comportava, assimiláveis num espaço plural, que pelas claras atitudes de conquista à época, já os EUA não podem ser configurados dessa maneira, sem que com isso sejam legitimáveis todas as suas políticas, e sem que com isso se possa menosprezar um espaço mediterrânico e europeu autónomos.

Não é este o lugar para tratar da especificidade das relações Norte-Sul, que não são tão simplificáveis como muitas vezes se quer fazer crer. Antes, chamamos a atenção para um outro problema, com o qual finalizaremos, associado à percepção que na margem Sul do Mediterrâneo se tem, em muitos casos, desta hegemonia, e por antonomásia, da Europa e do Ocidente. É que muitos dos problemas no Sul e dos exacerbamentos percepcionais dirigidos contra o Norte, são fruto de não poucos aprendizes de feiticeiro, que escolhem

a fuga para a frente como a única via possível para não se verem confrontados com a sua própria incúria. Certamente que as populações do Sul do Mediterrâneo vêem com agravo legítimo serem postergadas sem mais para os recessos civilizacionais, quando ainda há umas escassas centenas de anos conduziam a barca do mundo neste espaço. Querem ter acesso aos bens e serviços produzidos no mundo mais desenvolvido, porque se sentem, igualmente de forma legítima, com capacidade para os compreender e possuir. As, até há pouco ingentes, capacidades militares de um Iraque, com programas de armamento próprio, ao mesmo tempo que as suas também visíveis debilidades na mesma matéria, mostram à maravilha as dotações destas populações do Sul do Mediterrâneo (que não admira, visto já ser enorme o capital cultural acumulado) bem como o longo caminho a percorrer. Infelizmente, os aprendizes de feiticeiro preferem o caminho mais fácil, o de açular as populações contra o Norte e deixar tudo na mesma. Certamente que se poderia obstar que quão cínicos podem ser estes raciocínios. Que bastava ler Edward Saïd para perceber que nada é assim⁷. Porém, sempre devemos acrescentar que as suas aporções são incontornáveis, mas não são únicas. Nós no Norte devemo-nos penitenciar e corrigir muita coisa, e pedir perdão não é de somenos importância (se atendermos à riqueza teológica do perdão, não subsumível na angústia da culpa), mas quantas vezes esses aprendizes de feiticeiro, esses Dr. Fausto no pior sentido, já se penitenciaram perante os seus próprios povos?

Felizmente, que esses povos são suficientemente polifacetados (como todos os outros no mundo, aliás) para sentir a riqueza da diversidade. Que nos permitam académicos do altíssimo nível de Saïd, mas nós além de o lermos com imenso interesse, também lemos outros mais.

Para concluir, pode dizer-se que não parece que a assimétrica relação Norte/Sul, tal como é presentemente assumida pelos investigadores e decisores políticos, possa circunscrever na totalidade os problemas referentes aos países da bacia mediterrânica, desde logo porque o quadro definitório em que conceptualmente assenta a divisória Norte/Sul faz dos primeiros sempre devedores e dos segundos sempre cobradores, ademais de vítimas. Trata-se de um quadro reducionista que ilude os verdadeiros problemas de criação e circulação de riqueza na bacia mediterrânica, bem como das grandes linhas diacrónicas do ponto de vista geopolítico e geoestratégico que especificam o Mediterrâneo. Não se quer com isto dizer que não existe um problema Norte/Sul, e que o mesmo não tenha aplicação

⁷ Estamos a pensar no já célebre livro de Edward Saïd, *Orientalism*, Routledge and Kegan Paul, New York, 1978.

na bacia mediterrânica. Porém, os problemas concernentes ao desenvolvimento, criação e circulação de riqueza nas ditas relações Norte/Sul não têm apenas uma direcção e um registo de culpa e, se tivermos isso em atenção, nomeadamente em relação ao Mediterrâneo, nem os dirigentes da margem Sul do Mar Interior terão permanentemente ao seu dispor o álibi da arrogância e do cinismo das instituições do Norte para escusar as suas responsabilidades, nem os dirigentes europeus ou americanos poderão evitar os reais problemas criando espantalhos, como o fundamentalismo ou a bomba demográfica, que iludam as suas próprias responsabilidades.